



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO XXVIII PALMAS, QUARTA-FEIRA, 19 DE DEZEMBRO DE 2018. Nº 2719



MESA DIRETORA

Presidente: Dep. Luana Ribeiro (PSDB)

1ª Vice-Presidente: Dep. Toinho Andrade (PHS)

2º Vice-Presidente:

1º Secretário: Dep. Jorge Frederico (MDB)

2º Secretário: Dep. Nilton Franco (MDB)

3º Secretário: Dep. Cleiton Cardoso (PTC)

4º Secretário: Dep. Zé Roberto Lula (PT)

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Reuniões às terças-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Rocha Miranda
Dep. Ricardo Ayres - Vice-Presidente
Dep. Olyntho Neto - Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Amália Santana
Dep. Valdemar Junior
Dep. Eli Borges
Dep. Cleiton Cardoso

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Reuniões às quartas-feiras, às 8 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. José Bonifácio - Presidente
Dep. Paulo Mourão
Dep. Eduardo do Dertins - Vice-Presidente
Dep. Elenil da Penha
Dep. Junior Evangelista

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Rocha Miranda
Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA TECNOLOGIA E ECONOMIA

Reuniões às terças-feiras, às 11 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Zé Roberto Lula
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Rocha Miranda - Vice-Presidente
Dep. Júnior Evangelista - Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. José Bonifácio
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Eli Borges
Dep. Valdemar Junior
Dep. Cleiton Cardoso

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO

Reuniões às quartas-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Zé Roberto Lula - Vice-Presidente
Dep. Eli Borges - Presidente
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Cleiton Cardoso

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. José Bonifácio
Dep. Amália Santana
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Elenil da Penha
Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Reuniões às quintas-feiras, às 15 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Amália Santana - Presidente
Dep. Eli Borges - Vice-Presidente
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Osires Damaso

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Paulo Mourão
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Elenil da Penha
Dep. Cleiton Cardoso

COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Reuniões às quintas-feiras, às 9 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. José Bonifácio
Dep. Valdez C. Branco - Vice-Presidente
Dep. Eli Borges
Dep. Osires Damaso
Dep. Stalin Bucar

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Zé Roberto Lula
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Cleiton Cardoso
Dep. Vilmar de Oliveira

COMISSÃO DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, MEIO AMBIENTE E TURISMO

Reuniões às quintas-feiras, às 8 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Luana Ribeiro - Vice-Presidente
Dep. Valdez C. Branco - Presidente
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Elenil da Penha
Dep. Cleiton Cardoso

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Amália Santana
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Rocha Miranda
Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões às quintas-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Luana Ribeiro - Presidente
Dep. Paulo Mourão - Vice-Presidente
Dep. Ricardo Ayres
Dep. Elenil da Penha
Dep. Olyntho Neto

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. José Bonifácio
Dep. Zé Roberto Lula
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Valdemar Júnior
Dep. Júnior Evangelista

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

MEMBROS EFETIVOS:

Dep.
Dep.
Dep.
Dep.
Dep.

MEMBROS SUPLENTE:

Dep.
Dep.
Dep.
Dep.
Dep.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Reuniões às quintas-feiras, às 16 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Amália Santana - Presidente
Dep. Osires Damaso
Dep. Amélio Cayres
Dep. Cleiton Cardoso - Vice-Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Luana Ribeiro
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Júnior Evangelista
Dep. Vilmar de Oliveira
Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões às terças-feiras, às 10 horas.

MEMBROS EFETIVOS:

Dep. Toinho Andrade
Dep. Paulo Mourão - Presidente
Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Rocha Miranda - Vice-Presidente
Dep. Júnior Evangelista

MEMBROS SUPLENTE:

Dep. Eduardo S. Campos
Dep. Valdez C. Branco
Dep. Eli Borges
Dep. Valdemar Junior
Dep. Olyntho Neto

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

Responsável: Diretoria de Área Legislativa
Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria de Taquigrafia e Documentação
Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO
CEP 77003-905

Atos Legislativos

MENSAGEM Nº 38/2018

Palmas, 29 de novembro de 2018.

A Sua Excelência a Senhora
Deputada Estadual **LUANA RIBEIRO**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins
N E S T A

Senhora Presidente,

Encaminho, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação da Augusta Assembleia Legislativa o Projeto de Lei nº 18/2018, modificativo da Lei nº 3.051, de 21 de dezembro de 2015, que instituiu o Plano Plurianual do Estado do Tocantins para o quadriênio 2016-2019.

Em primeiro ponto, rememoro que se trata de providência enunciada pelo art. 11 da própria lei que ora se modifica, o qual estabelece que, na Revisão do PPA 2016-2019, é cabível a inclusão, exclusão ou alteração de programas, objetivos, indicadores, metas e ações, tudo em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO-2019 e o Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), ao que, nos termos do presente Projeto de Lei, as alterações pretendem, em especial, priorizar investimentos.

Com base nesse entender, relativamente às ações orçamentárias do Poder Executivo, cuida a Propositura de submetê-las ao devido agrupamento, tendo em vista as perspectivas de baixo crescimento da economia.

Acrescenta-se à conjuntura econômica nacional a frustração de receitas de transferências da União, destacadamente as do Fundo de Participação dos Estados – FPE, o que afeta sobremaneira os investimentos no Tocantins, reduzindo a receita pública total, e torna improrrogável a providência de contingenciar o orçamento, enquanto, de outro lado, registra-se – por motivos diversos – o crescimento das despesas públicas no Estado, ocasionando um desequilíbrio orçamentário.

Assim, este Governo – iniciado pelo comando constitucional da via sucessória e legitimado pelo povo quando da eleição suplementar, cuja vontade foi reiterada no pleito eleitoral de outubro último – procurou traduzir, nesta revisão do Plano Plurianual 2016-2019, as preocupações com cenário de crise, considerando os novos desafios para as metas e prioridades da Administração Pública.

A par dessas informações, esclareço que, do ponto de vista estrutural do presente Projeto de Lei, seu Anexo I (inerente ao Anexo II da Lei nº 3.051/2015), dispondo sobre Eixos estratégicos e Programas Temáticos, manteve o agrupamento das ações por similaridade, promovendo, porém, o adicional cadastramento de ações orçamentárias consideradas como mais robustas, além daquelas já em vigor em 2018, tudo consoante dispõe o art. 12 da lei ora modificada.

Resultando disso, no âmbito do Poder Executivo, sem considerar os poderes Judiciário e Legislativo, o Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública, são constantes da pretensa revisão 411 ações orçamentárias, dentre as quais 356 possuem orçamento e estão inclusas na LOA 2019.

Vale mencionar que, tal como vigente, das 398 ações orçamentárias temáticas inscritas até então no PPA 2016-2019, foram previstas 377 na LOA 2018. Assim, o agrupamento das ações nesta Propositura faz refletir uma redução de 21 ações temáticas orçamentárias, ou seja, uma redução de 5,57% com relação ao exercício de 2018. Igualmente, os objetivos dos programas temáticos do Poder Executivo foram reduzidos de 90 para 88 em relação aos constantes do exercício de 2018. Significa dizer, em ambos os casos, que a providência cuida de promover os ajustes necessários para potencializar as diretrizes que norteiam a Administração Pública Estadual.

Quanto às modificações implementadas no Anexo II do Projeto de Lei (relativo ao Anexo III da Lei nº 3.051/2015), versando sobre programas de manutenção do Estado, conta-se com ajustes que foram promovidos em razão de acompanhar as especificidades do Anexo de Eixos estratégicos e Programas Temáticos.

Por último, o Anexo III da Propositura (correspondente ao Anexo IV da Lei nº 3.051/2015) foi realinhado conforme as mudanças no cenário estadual quanto à gestão pública, dando nova ênfase às Ações Prioritárias da Administração Pública Estadual para o ano de 2019, o que justifica, igualmente, o estabelecimento de nova redação para o inciso IV do art. 5º da sobredita norma.

À vista das considerações postas, submeto a matéria ao discernimento dessa Egrégia Casa de Leis.

Atenciosamente,

MAURO CARLESSE
Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 18/2018

Altera a Lei nº 3.051, de 21 de dezembro de 2015, que instituiu o Plano Plurianual do Estado do Tocantins para o quadriênio 2016-2019.

O Governador do Estado do Tocantins:

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso IV do art. 5º da Lei nº 3.051, de 21 de dezembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º
.....

IV – Anexo IV: Ações Prioritárias da Administração Pública Estadual.” (NR)

Art. 2º Os Anexos II, III e IV da Lei nº 3.051, de 21 de dezembro de 2015, passam a vigorar na conformidade dos Anexos I, II e III* a esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 29 dias do mês de novembro de 2018; 197º da Independência, 130º da República e 30º do Estado.

MAURO CARLESSE
Governador do Estado

*Os Anexos I, II e III estão publicados no SUPLEMENTO Nº 2719.

OFÍCIO Gab/PGJ/Nº 271/2018

Palmas/TO, 20 de novembro de 2018

A Sua Excelência a Senhora

LUANA RIBEIRO

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins

ASSUNTO: Proposta de alteração da Lei Complementar nº 51 que “institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências.”

Senhora Presidente,

A par de cumprimentar Vossa Excelência, informo que o Colégio de Procuradores de Justiça, na 127ª Sessão Ordinária, aprovou a alteração da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, a qual submeto a apreciação dessa Augusta Casa Legislativa, através da respectiva justificativa (exposição de motivos) e projeto de lei anexos ao presente expediente.

Ao ensejo, renovo protestos de elevada consideração.

Atenciosamente,

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 02/2018

Altera a Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, que “Institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências”.

A Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins decreta:

Art. 1º O §§ 1º e 2º do artigo 47 da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, passam a vigor com a seguinte redação:

“Art.47.....
.....

§ 1º Para consecução de suas finalidades, a Escola Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins poderá realizar ou patrocinar cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, atividades, estudos e publicações, bem como promover a divulgação dos conhecimentos decorrentes. (NR)

§ 2º A remuneração de magistério dos professores que vierem a ministrar cursos na Escola Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, que não sejam membros integrantes da carreira do Ministério Público do Tocantins, dar-se-á através de pro labore, fixado o seu valor por resolução do Colégio de Procuradores”. (NR)

Art. 2º O Art. 49 da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 49. O coordenador da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, bem como de cada Centro de Apoio Operacional será escolhido dentre os membros vitalícios do Ministério Público, pelo Colégio de Procuradores, para mandato de 02 (dois) anos, e:”

Art. 3º O Art. 136 da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 136. A gratificação de magistério, não superior a dez (10) por cento do vencimento básico, será devida ao membro do Ministério Público que for designado para o exercício de função na Escola Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins

ou em entidades com este conveniadas e será regulamentada pelo Procurador-Geral de Justiça, ouvido o Colégio de Procuradores.” (NR)

Art. 4º Os incisos IV e V, alínea “b”, do Art. 157 da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, passam a vigor com a seguinte redação:

“Art.157.....
.....

IV.....
.....

b) direção da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins;

V.....
.....

b) direção da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins;” (NR)

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas - TO, 7 de novembro de 2018, 197º da Independência, 130º da República e 30º do Estado do Tocantins.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR

Procurador-Geral de Justiça

Atas das Comissões

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
8ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Trigésima Quinta Reunião Ordinária
3 de abril de 2018

Às quatorze horas do dia três de abril de dois mil e dezoito, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Olyntho Neto, Ricardo Ayres, Rocha Miranda, Valdemar Júnior e da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco. Estava ausente o Senhor Deputado Toinho Andrade. O Senhor Presidente em exercício, Deputado Ricardo Ayres, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores, que foram lidas e aprovadas pelos Membros presentes. Não havendo Expediente, passou-se à Distribuição de Matérias. O Deputado Rocha Miranda foi nomeado relator do Processo número 07/2018, de autoria do Governador do Estado, “veto parcialmente o Autógrafo de Lei nº 126, de 20 de dezembro de 2017”. A Deputada Valderez Castelo Branco foi nomeada relatora do Processo número 41/2018, de autoria do Deputado Rocha Miranda, que “institui o Encontro Náutico, Som Automotivo e Motos de Araguatins (TO), como evento do calendário turístico oficial do Estado do Tocantins”. Em seguida, passou-se à Devolução de Matérias. O Deputado Ricardo Ayres devolveu o Processo número 04/2018, de autoria do Deputado Nilton Franco, que “altera o inciso XI, do art. 9º da Constituição do Estado”; e, também, devolveu o Processo número 39/2018, de autoria do Governador do Estado, que “altera o art. 1º-A da Lei nº 1.303, de 20 de março de 2002, que reduz a base de cálculo, concede isenção e crédito presumido de ICMS nas operações que especifica”, relatado pelo Deputado Olyntho Neto. A Deputada Valderez Castelo Branco

devolveu os Processos números: 265/2017, de autoria do Deputado Elenil da Penha, que “dispõe sobre o horário de funcionamento dos Cartórios Públicos Extrajudiciais do Estado e dá outras providências”; e 08/2018, de autoria do Governador do Estado, que “veta parcialmente o Autógrafo de Lei nº 127, de 20 de dezembro de 2017”. Na Ordem do Dia, foram lidos e deliberados os pareceres dos respectivos relatores. O Processo número 39/2018 foi aprovado e encaminhado à Comissão de Finanças, Tributação e Fiscalização. O Processo número 265/2017 foi aprovado e encaminhado à Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público. Os Processos números: 04/2018 e 08/2018 foram aprovados e encaminhados ao Plenário, sendo que foi rejeitado o parecer do relator do Processo número 04/2018, Deputado Ricardo Ayres, com votos contrários do Deputado Rocha Miranda e da Deputada Valdevez Castelo Branco. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
8ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Trigésima Sexta Reunião Ordinária
10 de abril de 2018

Às quatorze horas do dia dez de abril de dois mil e dezoito, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Ricardo Ayres e da Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Olyntho Neto, Rocha Miranda e Toinho Andrade. O Senhor Presidente em exercício, Deputado Ricardo Ayres, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior que, com a aquiescência dos Membros presentes, foi transferida para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente, passou-se à Distribuição de Matérias. O Deputado Ricardo Ayres avocou a renomeação do Processo número 141/2016, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre os horários de funcionamento das delegacias de polícia especializada em atendimento à mulher no Estado do Tocantins”. A Deputada Valdevez Castelo Branco foi renomeada relatora do Processo número 177/2017, de autoria do Deputado Alan Barbiero, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Idosos de Ponte Alta do Tocantins”. Em seguida, passou-se à Devolução de Matérias. A Deputada Valdevez Castelo Branco devolveu os Processos números: 98/2017, de autoria do Deputado Jorge Frederico, que “isenta os CFCs (Centros de Formação de Condutores) do pagamento do IPVA - Imposto Sobre Veículos Automotores, no Estado do Tocantins”; 247/2017, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “introduz a obrigatoriedade de informar a classificação indicativa em exposições, amostras, exibições de arte e eventos culturais no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 296/2017, de autoria do Deputado Jorge Frederico, que “institui a gratuidade da taxa de abertura do processo de renovação da Carteira Nacional de Habilitação a pessoas com idade não inferior a 65 anos e dá outras providências”; 40/2018, de autoria do Deputado Jorge Frederico, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Renato Miranda Ramalho”; e 41/2018, de autoria do Deputado Rocha Miranda, que “institui o Encontro Náutico, Som automotivo e Motos de Araguatins (TO), como evento do calendário turístico oficial do Estado do Tocantins”. Não havendo quórum para deliberação da Ordem do Dia, o Senhor Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
8ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Trigésima Sétima Reunião Ordinária
12 de junho de 2018

Às quatorze horas do dia doze de junho de dois mil e dezoito, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença do Senhor Deputado Ricardo Ayres e da Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Olyntho Neto, Rocha Miranda e Toinho Andrade. O Senhor Presidente em exercício, Deputado Ricardo Ayres, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores que, por falta de quórum foram transferidas para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente, passou-se à Distribuição de Matérias. O Deputado Ricardo Ayres avocou a relatoria dos Processos números: 63/2018, de autoria do Deputado Jorge Frederico, onde “fica vedado o adiantamento da cobrança de tributos para a transferência de propriedade de veículos automotores no âmbito do Estado do Tocantins”; 64/2018, de autoria do Deputado Olyntho Neto, que “altera a Lei nº 3.019/2015, de 30 de setembro de 2015, que dispõe sobre o Código Tributário do Estado do Tocantins, e adota outras providências”; 74/2018, de autoria do Deputado Olyntho Neto, que “altera a Lei nº 3.309/2017, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2018, e adota outras providências”; 77/2018, de autoria do Ministério Público Estadual, que “altera a Lei nº 2.580, de 03 de maio de 2012, que dispõe sobre a estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins”; 81/2018, de autoria do Governador do Estado, que “dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Tocantins, e adota outras providências”; e 82/2018, de autoria do Governador do Estado, que “dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Tocantins, e adota outras providências”. O Deputado Cleiton Cardoso foi nomeado relator dos Processos números: 61/2018, de autoria do Deputado Wanderlei Barbosa, que “cria a Comissão Permanente de Assuntos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais”; 65/2018, de autoria do Deputado Eduardo Siqueira Campos, que “assegura a todas as mulheres do Estado do Tocantins a gratuidade e a obrigatoriedade da realização da investigação e dos exames clínicos e laboratoriais que se fizerem necessários para a identificação precoce de trombofilia, bem assim o respectivo tratamento e acesso aos materiais médicos e aos medicamentos correspondentes, na rede pública de saúde, e adota outras providências”; 70/2018, de autoria do Deputado Ricardo Ayres, que “dispõe sobre as penalidades de novas contratações por parte do Estado e dá outras providências”; e 79/2018, de autoria da Deputada Valdevez Castelo Branco, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Social e Cultural dos Comunicadores de Rua do Estado do Tocantins, com sede na cidade de Araguaína”. O Deputado Rocha Miranda foi nomeado relator dos Processos números: 62/2018, de autoria da Deputada Valdevez Castelo Branco que “dispõe sobre o nome para a escola estadual localizada no Assentamento PA Reunidas, localizada no Município de Aragominas/TO”; e 67/2018, de autoria do Deputado Elenil da Penha, que “dispõe sobre a proibição de cobrança de taxa pelos serviços de religação dos serviços públicos de água e energia elétrica em caso de corte por falta de pagamento, e adota outras providências”. O Deputado Eli Borges foi nomeado relator dos

Processos números: 68/2018, de autoria da Deputada Valdezere Castelo Branco, que “dispõe sobre a habilitação sanitária do microempreendedor individual, de empreendimento familiar rural e de empreendimento econômico solidário no Estado, e dá outras providências”; e 78/2018, de autoria do Governador do Estado, que “autoriza a abertura de crédito adicional suplementar, no valor que especifica, e adota outra providência”. O Deputado Toinho Andrade foi nomeado relator dos Processos números: 66/2018, de autoria da Deputada Valdezere Castelo Branco, que “cria o Cadastro Estadual de Usuários e Dependentes de Drogas no Estado do Tocantins e dá outras providências”; 69/2018, de autoria do Deputado Olyntho Neto, que “declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Brasileiro de Políticas Públicas - Ibrapp, com filial localizada no município de Palmas”; e 80/2018, de autoria do Deputado Wanderlei Barbosa, que “susta os efeitos da Portaria Naturatins nº 72, de 26 de fevereiro de 2018, e mantém incólume a Portaria nº 73, de 1º de março de 2017, que autoriza no âmbito da pesca amadora a captura e o transporte de até 5 (cinco) quilogramas de pescado por pessoa licenciada”. O Deputado Valdemar Júnior foi nomeado relator dos Processos números: 71/2018, de autoria da Deputada Valdezere Castelo Branco, que “dispõe sobre a gratuidade do pagamento de taxa de embarque para pessoas com 60 anos ou mais, em todos os terminais e/ou estações rodoviárias no âmbito do Estado do Tocantins”; e 75/2018, de autoria do Governador do Estado, que “revoga a Lei nº 3.192, de 2 de março de 2017, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – Ruraltins, a área de terreno urbano que especifica”. A Deputada Valdezere Castelo Branco foi nomeada relatora dos Processos números: 73/2018, de autoria do Deputado Elenil da Penha, que “concede Título de Cidadão Tocantinense a José Martins Bringel”; e 76/2018, de autoria do Governador do Estado, que “institui os serviços regionalizados de proteção social especial de alta complexidade, e adota outras providências”. O Senhor Presidente determinou que o Processo número 72/2018, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que “dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos no exercício das atividades notariais e registrais, regulamenta o Fundo Especial de Compensação da Gratuidade dos Atos do Registro Civil de Pessoas Naturais (Funcivil) e adota outras providências” fosse anexado ao Processo número 272/2017, de autoria do Deputado Mauro Carlesse, que “altera a redação da alínea "a" da Nota 04, do Anexo Único da Lei nº 2.828, de 12 de março de 2014 - Tabela P”. O Deputado Rocha Miranda foi nomeado relator do Processo número 191/2017, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a inclusão do tipo sanguíneo na carteira de identidade emitida pelo órgão de identificação do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; e o Deputado Eli Borges foi nomeado relator do Processo número 211/2017, de autoria do Deputado Zé Roberto Lula, que “estabelece prioridade na tramitação dos processos administrativos em que figurem como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, ou com doenças grave”. Não havendo Devolução de Matérias e Ordem do Dia a ser deliberada, o Senhor Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
8ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Trigésima Oitava Reunião Ordinária
19 de junho de 2018

Às quatorze horas do dia dezenove de junho de dois mil e dezoito, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença

do Senhor Deputado Ricardo Ayres e da Senhora Deputada Valdezere Castelo Branco. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Olyntho Neto, Rocha Miranda e Toinho Andrade. O Senhor Presidente em exercício, Deputado Ricardo Ayres, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores que, por falta de quórum foram transferidas para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente, passou-se à Distribuição de Matérias. O Deputado Ricardo Ayres avocou a relatoria dos Processos números: 85/2018, de autoria do Tribunal de Contas, que “dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores efetivos do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e adota outras providências”; 86/2018, de autoria do Tribunal de Contas, que “dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos cargos de provimento em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e adota outras providências”; 87/2018, de autoria da Defensoria Pública do Estado, que “dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos cargos do quadro auxiliar da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, e adota outras providências”; e 88/2018, de autoria da Mesa Diretora, que “dispõe sobre a revisão geral anual da Tabela de Vencimentos dos Servidores Efetivos e dos cargos de provimento em comissão da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, e adota outras providências”. O Deputado Cleiton Cardoso foi nomeado relator do Processo número 186/2017, de autoria do Deputado Rocha Miranda, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de uso de viaturas operacionais com blindagem para uso das Polícias Militar e Civil do Estado do Tocantins e dá outras providências”. O Deputado Valdemar Júnior foi nomeado relator do Processo número 205/2017, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a implantação da Carta de Serviços ao Cidadão em todos os órgãos públicos estaduais no Estado do Tocantins”. O Deputado Ricardo Ayres foi nomeado relator do Processo número 280/2017, de autoria do Deputado José Bonifácio, que “resolve sustar a execução do Parágrafo Único do artigo 2º da Resolução nº 101 da ATR de 11 de dezembro de 2014, considerando o Inciso XXX da Constituição Estadual que permite por Decreto Legislativo a sustação de Atos Normativos do Poder Executivo que exorbitem do Poder Regulamentar ou dos limites de delegação legislativa”. O Deputado Rocha Miranda foi nomeado relator do Processo número 331/2017, de autoria do Deputado Vilmar de Oliveira, que “institui gratuidade do pagamento de estacionamento por idosos em todo o Estado do Tocantins”. Na Devolução de Matérias, a Deputada Valdezere Castelo Branco devolveu os Processos números: 148/2017, de autoria do Deputado Cleiton Cardoso, que “altera o Art. 1º da Lei nº 2.799, de 10 de dezembro de 2013, que isenta do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS a operação que especifica”; 222/2017, de autoria do Deputado Alan Barbiero, que “dispõe sobre fixação em braille das informações contidas nas gôndolas de padarias, supermercados e similares estabelecimentos comerciais no Estado do Tocantins e dá outras providências”; 287/2017, de autoria do Deputado Wanderlei Barbosa, que “dispõe sobre a estadualização da estrada vicinal denominada Estrada da Nova Querência, que liga a TO-070 à TO-374, e dá outras providências”; 48/2018, de autoria do Deputado Cleiton Cardoso, que “torna gratuito o exame de mormo e anemia infecciosa equina no Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 76/2018, de autoria do Governador do Estado, que “institui os serviços regionalizados de proteção social especial de alta complexidade, e adota outras providências”; e, ainda, devolveu o Processo número 53/2018, de autoria do Deputado Paulo Mourão, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Doutor Alcir Raineri Filho”, relatado pelo Deputado Cleiton Cardoso. Não havendo quórum para deliberação, o Senhor Presidente transferiu a Ordem do Dia, encerrou a Reunião e convocou

Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
8ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Vigésima Nona Reunião Extraordinária
19 de dezembro de 2017

Às dezesseis horas e vinte e sete minutos do dia dezoito de dezembro de dois mil e dezessete, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Alan Barbiero, Olyntho Neto, Rocha Miranda, Toinho Andrade e da Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco. O Senhor Presidente, Deputado Olyntho Neto, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior que, com a aquiescência dos Membros presentes, foi transferida para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente e Distribuição de Matérias, passou-se à Devolução de Matérias e o Deputado Olyntho Neto devolveu os Processos números: 331/2016, de autoria do Governador do Estado, que “altera a Lei nº 3.072, de 13 de janeiro de 2016, que institui o Programa "TO Legal", e adota outras providências; e 286/2017, de autoria do Governador do Estado, que “veta integralmente o Autógrafo de Lei nº 87, de 25 de outubro de 2017”. Na Ordem do Dia, após leitura e deliberação dos respectivos pareceres, o Processo número 331/2016 foi aprovado e encaminhado à Comissão de Finanças, Tributação e Fiscalização; e o Processo número 286/2017 foi aprovado e encaminhado ao Plenário. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião, convocando Reunião Extraordinária após a realização da Sessão Plenária Ordinária, para deliberação de algumas matérias de interesse da população tocantinense, encaminhadas pelo Senhor Governador de Estado. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
8ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Trigesima Reunião Extraordinária
19 de dezembro de 2017

Às dezessete horas e cinquenta e seis minutos do dia dezoito de dezembro de dois mil e dezessete, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Alan Barbiero, Olyntho Neto, Rocha Miranda, Toinho Andrade e da Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco. O Senhor Presidente, Deputado Olyntho Neto, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior que, com a aquiescência dos Membros presentes, foi transferida para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente, passou-se à Distribuição de Matérias. O Deputado Olyntho Neto avocou a relatoria dos Processos números: 333/2017, de autoria do Governador do Estado, que dispõe sobre o “veto parcial ao Autógrafo de Lei nº 103, de 22 de novembro de 2017”; e 337/2017, de autoria do Governador do Estado, que “institui o Programa de Recuperação de Créditos Fiscais - Refis e adota outras providências”. O Deputado Rocha Miranda foi nomeado relator do Processo número 334/2017, de autoria do Governador do Estado, que “autoriza a transposição de dotações orçamentárias, no valor que especifica, e adota outra providência”. O Deputado Toinho Andrade foi nomeado relator do Processo número 336/2017, de autoria do Governador do Estado, que “altera a Lei nº 3.081, de 14 de abril de 2016, que autoriza o Chefe do Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal - CEF”. O Deputado Alan Barbiero foi nomeado

relator do Processo número 339/2017, de autoria do Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a doar à União, em favor do Ministério da Saúde, a área de terreno urbano que especifica, e adota outra providência”. A Deputada Valdevez Castelo Branco foi nomeada relatora do Processo número 335/2017, de autoria do Governador do Estado, que “autoriza a abertura de crédito adicional suplementar, no valor que especifica, e adota outra providência”. Não havendo Devolução de Matérias e Ordem do Dia a ser deliberada, o Senhor Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião Extraordinária para dentro de cinco minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
8ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Trigesima Primeira Reunião Extraordinária
19 de dezembro de 2017

Às dezoito horas e quarenta e dois minutos do dia dezoito de dezembro de dois mil e dezessete, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Alan Barbiero, Olyntho Neto, Rocha Miranda, Toinho Andrade e da Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco. O Senhor Presidente, Deputado Olyntho Neto, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores que, com a aquiescência dos Membros presentes, foram transferidas para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente e Distribuição de Matérias, passou-se à Devolução de Matérias. A Deputada Valdevez Castelo Branco devolveu o Processo número 335/2017, de autoria do Governador do Estado, que “autoriza a abertura de crédito adicional suplementar, no valor que especifica, e adota outra providência”. O Deputado Toinho Andrade devolveu o Processo número 336/2017, de autoria do Governador do Estado, que “altera a Lei nº 3.081, de 14 de abril de 2016, que autoriza o Chefe do Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal - CEF”. O Deputado Alan Barbiero devolveu o Processo número 339/2017, de autoria do Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a doar à União, em favor do Ministério da Saúde, a área de terreno urbano que especifica, e adota outra providência”. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a Reunião para retificação de um parecer, sendo reaberta às dezoito horas e cinquenta e um minutos e, em seguida devolveu as matérias de sua relatoria, Processos números: 312/2017, de autoria do Deputado Vilmar de Oliveira, “dispõe sobre a alteração do nome do Município de Fortaleza do Tabocão para Tabocão, e dá outras providências”; 333/2017, de autoria do Governador do Estado, de “veto parcial do Autógrafo de Lei nº 103, de 22 de novembro de 2017”; e 337/2017, de autoria do Governador do Estado, que “institui o Programa de Recuperação de Créditos Fiscais - Refis e adota outras providências”. Na Ordem do Dia foram lidos e deliberados os pareceres dos respectivos relatores. Os Processos números: 335/2017, 336/2017, 337/2017 e 339/2017 foram aprovados e encaminhados à Comissão de Finanças, Tributação e Fiscalização, sendo que o Processo número 337/2017 foi aprovado com o parecer do relator, Deputado Olyntho Neto, e com a emenda modificativa apresentada pelo Deputado Paulo Mourão. O Processo número 312/2017 foi aprovado e encaminhado à Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público. O Processo número 333/2017 foi aprovado e encaminhado ao Plenário. Em seguida, Senhor Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
8ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Terceira Reunião Extraordinária
28 de junho de 2017

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do vinte e oito de junho de dois mil e dezessete, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Desporto, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Eli Borges, Elenil da Penha e das Senhoras Deputadas Amália Santana e Solange Duailibe. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Valdemar Júnior e Osires Damaso. A Senhora Presidente, Deputada Amália Santana, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior que, com a aquiescência dos Membros presentes, foi transferida para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente, passou-se à Distribuição de Matérias e a Senhora Deputada Solange Duailibe foi nomeada relatora dos Processos números: 55/2017, de autoria do Deputado Olyntho Neto, que “Declara patrimônio cultural imaterial do povo tocantinense as quadrilhas juninas e dá outras providências”; e 129/2017, de autoria da Deputada Amália Santana, que “Institui a Semana Estadual de Prevenção e Combate à Depressão no Estado do Tocantins”. Em seguida, passou-se à Devolução de Matérias e a Senhora Presidente devolveu o Processo número 296/2016, de autoria do Governador do Estado, que “Revoga do Plano Estadual de Educação – PEE/TO (2015-2015) aprovado pela Lei nº 2.977, de 08 de julho de 2015, o item que especifica”, que estava com vista em conjunto aos Deputados Alan Barbiero e Valdemar Júnior, sem parecer de vista. Na Ordem do Dia, após leitura e deliberação do parecer do relator, o Processo número 296/2017 foi aprovado e encaminhado ao Plenário. Em seguida, a Senhora Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
8ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Trigesima Sétima Reunião Extraordinária
18 de março de 2018

Às doze horas e trinta e oito minutos do dia dezoito de março de dois mil e dezoito, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Eli Borges, Olyntho Neto, Ricardo Ayres e da Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco. O Senhor Deputado Ricardo Ayres, Presidente em exercício, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores que, com a aquiescência dos Membros presentes, foram transferidas para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente, passou-se à Distribuição de Matérias e o Senhor Presidente suspendeu a Reunião por três minutos, que foi reiniciada às doze horas e cinquenta e dois minutos. O Deputado Ricardo Ayres avocou a relatoria dos Processos números: 42/2018, de autoria do Governador do Estado, que “veta integralmente o Autógrafo de Lei nº 07, de 14 de março de 2018”; 43/2018, de autoria do Governador do Estado, que “veta parcialmente o Autógrafo de Lei nº 04, de 14 de março de 2018”; 46/2018, de autoria da Deputada Valdevez Castelo Branco, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao advogado Edson Paulo Lins”; 54/2018, de autoria do Deputado Elenil da Penha, que “dispõe sobre o peticionamento eletrônico de recursos junto ao Detran-TO e adota outras providências”; e 60/2018, de autoria do Governador do Estado, que “altera a Lei nº 3.266, de 10 de outubro de 2017, que autoriza o Chefe do Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal”. O Deputado Eli Borges foi nomeado relator

dos Processos números: 45/2018, de autoria do Deputado Zé Roberto, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Sem Casa de Paraíso do Tocantins - TO, Ascap-TO, localizado no município de Paraíso - TO”; e 52/2018, de autoria do Deputado Elenil da Penha, que “dispõe acerca das normas de tributação para a aquisição de armas de fogo por policiais militares, bombeiros militares, policiais civis e agentes prisionais ativos e inativos do Estado do Tocantins”; e 59/2018, de autoria do Deputado Vilmar de Oliveira, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Machado do Projeto de Assentamento Firmeza I”. O Deputado Valdemar Júnior foi nomeado relator dos Processos números: 47/2018, de autoria da Deputada Valdevez Castelo Branco, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao senhor Francisco Onildo Moreira”; e 50/2018, de autoria do Deputado Elenil da Penha, que “fixa parâmetros para ações de desocupação de imóveis públicos e privados que envolvam atuação da Polícia Militar no Estado do Tocantins”. O Deputado Toinho Andrade foi nomeado relator dos Processos números: 49/2018, de autoria da Deputada Valdevez Castelo Branco, que “concede Título de Cidadão Tocantinense à Senhora Denize Cardoso dos Santos Pinheiro”; e 57/2018, de autoria do Deputado Eli Borges, que “institui o Comitê Gestor de Enfrentamento às Drogas, vinculado à Secretaria de Estado de Cidadania e Justiça - SECIJU e dá outras providências”. O Deputado Rocha Miranda foi nomeado relator dos Processos números: 51/2018, de autoria da Deputada Valdevez Castelo Branco, que “concede o Título de Cidadão Tocantinense ao advogado Walter Ata Rodrigues Bitencourt”; e 56/2018, de autoria da Deputada Valdevez Castelo Branco, que “torna obrigatória a presença de médico socorrista, enfermeiro e pessoal devidamente capacitado, assim como a utilização de ambulância com UTI munida de equipamentos e materiais de primeiros socorros, inclusive oxigênio e desfibrilador, nos eventos de Corridas de Rua no Estado do Tocantins”. O Deputado Cleiton Cardoso foi nomeado relator dos Processos números: 53/2018, de autoria do Deputado Paulo Mourão, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Doutor Alcir Raineri Filho”; e 55/2018, de autoria do Deputado Jorge Frederico, que “estabelece que hospitais e maternidades do Estado do Tocantins ofereçam aos pais e/ou responsáveis de recém-nascidos orientações e treinamento para primeiros socorros em caso de engasgamento, aspiração de corpo estranho e prevenção de morte súbita”. A Deputada Valdevez Castelo Branco foi nomeada relatora dos Processos números: 44/2018, de autoria do Governador do Estado, que “institui o Programa de Aprimoramento da Gestão Hospitalar - PAGH-Cirúrgico, na forma que especifica, e adota outras providências”; 48/2018, de autoria do Deputado Cleiton Cardoso, que “torna gratuito o exame de mormo e anemia infecciosa equina no Estado do Tocantins, e dá outras providências”; e 58/2018, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “institui a Semana de Conscientização e Prevenção às Doenças Renais e suas Consequências, no Estado do Tocantins, e dá outras providências”. Não havendo Devolução de Matérias e Ordem do Dia a ser deliberada, o Senhor Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião Extraordinária para dentro de cinco minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
8ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da Trigesima Oitava Reunião Extraordinária
18 de março de 2018

Às doze horas e cinquenta e seis minutos do dia dezoito de março de dois mil e dezoito, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Eli Borges,

Olyntho Neto, Ricardo Ayres, Rocha Miranda, Toinho Andrade e das Senhoras Deputadas Luana Ribeiro e Valdevez Castelo Branco. O Senhor Deputado Ricardo Ayres, Presidente em exercício, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores que, com a aquiescência dos Membros presentes, foram transferidas para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente, passou-se à Distribuição de Matérias e o Deputado Toinho Andrade foi renomeado relator do Processo número 98/2017, de autoria do Deputado Jorge Frederico, que “isenta os CFCs (Centros de Formação de Condutores) do pagamento do IPVA (Imposto Sobre Veículos Automotores) no Estado do Tocantins”. Em seguida, passou-se à Devolução de Matérias. O Deputado Ricardo Ayres devolveu os Processos números: 291/2017, de autoria do Governador do Estado, que “institui o Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins - Siafeto, e adota outras providências”; e 60/2018, de autoria do Governador do Estado, que “altera a Lei nº 3.266, de 10 de outubro de 2017, que autoriza o Chefe do Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal”. O Deputado Toinho Andrade devolveu os Processos números: 325/2016, de autoria do Deputado Paulo Mourão, que “dispõe sobre a instituição de equipe de transição pelo candidato eleito para o cargo de Governador do Estado e Prefeito Municipal”; 330/2017, de autoria do Deputado Nilton Franco, para “que o plenário do Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, da Secretária da Fazenda do Estado Tocantins, receba a denominação de Cesário Barbosa Bonfim”; e 25/2018, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “cria o Programa de Incentivo à Leitura no âmbito do Estado do Tocantins”. O Deputado Olyntho Neto devolveu o Processo número 288/2017, de autoria do Deputado Valdemar Júnior, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Ricardo Corrêa Ribeirinha”. O Deputado Rocha Miranda devolveu o Processo número 7/2018, de autoria do Governador do Estado, que “veta parcialmente o Autógrafo de Lei nº 126, de 20 de dezembro de 2017”. O Deputado Cleiton Cardoso devolveu os Processos números: 12/2018, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a instituição da implantação do Programa de Integridade e certificação do Sistema de Gestão Antissuborno para empresas que celebrarem contrato, consórcio ou convênio com a administração pública do Estado do Tocantins e dá outras providências”; e 24/2018, de autoria do Deputado Eli Borges, que “declara de utilidade pública a Associação Peniel de Goiatins, e dá outras providências”. O Deputado Eli Borges devolveu o Processo número 19/2018, de autoria do Deputado Wanderlei Barbosa, que “institui o Estatuto da Pessoa com Câncer no Estado do Tocantins”. A Deputada Valdevez Castelo Branco devolveu os Processos números: 25/2017, de autoria do Deputado Ricardo Ayres, que “dispõe sobre a adoção de bônus na pontuação dos candidatos no processo seletivo e ingresso nos cursos de graduação em universidades e faculdades públicas do Tocantins, e dá outras providências”; 247/2017, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “introduz a obrigatoriedade de informar a classificação indicativa em exposições, amostras, exibições de arte e eventos culturais no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 296/2017, de autoria do Deputado Jorge Frederico, que “institui a gratuidade da taxa de abertura do processo de renovação da Carteira Nacional de Habilitação a pessoas com idade não inferior a 65 anos e dá outras providências”; 40/2018, de autoria do Deputado Jorge Frederico, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Renato Miranda Ramalho”; e 41/2018, de autoria do Deputado Rocha Miranda, que “institui o Encontro Náutico, Som Automotivo e Motos de Araguatins (TO), como evento do calendário turístico oficial do Estado do Tocantins”. Na Ordem

do Dia, após leitura e deliberação dos respectivos pareceres, os Processos números 25/2017, 247/2017, 291/2017, 12/2018, 41/2018 e 60/2018 foram aprovados e encaminhados à Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, sendo que o Processo número 25/2017 foi aprovado com substitutivo apresentado pela relatora, Deputada Valdevez Castelo Branco. O Processo número 325/2016 foi aprovado com substitutivo apresentado pelo relator, Deputado Toinho Andrade, e encaminhado à Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público. O Processo número 19/2018 foi aprovado e encaminhado à Comissão de Saúde, Meio Ambiente e Turismo. O Processo número 25/2018 foi aprovado e encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Os Processos números 288/2017, 330/2017, 24/2018 e 40/2018 foram aprovados e encaminhados ao Plenário, sendo que o Processo número 24/2018 foi aprovado com emenda modificativa apresentada pelo relator, Deputado Cleiton Cardoso. O Processo número 296/2017 foi aprovado e encaminhado ao Arquivo. O Senhor Presidente concedeu vista, pelo prazo regimental, do Processo número 07/2018 à Deputada Valdevez Castelo Branco, suspendeu a Reunião por três minutos, sendo reaberta às treze horas e, em seguida, encerrou a Reunião e convocou Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

Atos Administrativos

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 1.441/2018

A Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), com o disposto na Resolução nº 306, de 4 de julho de 2012, bem como no art. 4º do Decreto Administrativo nº 088, de 20 de março de 2006, e

Considerando a redução das atividades de trabalho no período de recesso parlamentar, e

Considerando as Festividades do Dia de Natal e da Confraternização Universal,

RESOLVE:

Art. 1º ESTABELECEER turno único de trabalho, de 6 (seis) horas diárias, das 8 às 14h, no período de 20 de dezembro de 2018 a 18 de janeiro de 2019.

Art. 2º DECLARAR ponto facultativo, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, nos dias 24 e 31 de dezembro de 2018.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos servidores cujos serviços, por sua natureza, exijam plantão permanente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 19 dias do mês de dezembro de 2018.

Deputada LUANA RIBEIRO

Presidente

PORTARIA Nº 027/2018 – P

A **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997) e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015, e ainda com fulcro na Lei Federal nº 8.666/1993,

Considerando o disposto na SMS, de fls. 02, dos autos, pela qual a Diretoria de Área Legislativa solicita aquisição de Pastas (Porta Decreto e Porta Título de Cidadão), bem como as demais informações constantes no Termo de Referência às fls. 03/07, que motiva a necessidade da aquisição para atender as necessidades da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins,

Considerando o disposto no Despacho da Diretoria de Área Administrativa às Fls. 17, e Justificativa de Dispensa às 27/28, ratificada pelo Ordenador de Despesas, pelas razões elencadas no mesmo, inclusive quanto ao preço, com fundamento no Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR a licitação, com fundamento no Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, em favor da empresa **FORTEMIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME**, CNPJ n.º 09.016.162/0001-92, processo n.º 00238/2018, no valor total de R\$ 7.400,00 (sete mil e quatrocentos reais), visando à aquisição de Pastas (Porta Decreto e Porta Título de Cidadão).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 18 dias do mês de dezembro de 2018.

Deputada LUANA RIBEIRO

Presidente

PORTARIA Nº 028/2018 – P

A **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997) e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015, e ainda com fulcro na Lei Federal nº 8.666/1993,

Considerando o disposto na SMS, de fls. 02, dos autos, pela qual a Diretoria de Tecnologia da Informação solicita aquisição de certificados digitais (e-CPF), bem como as demais informações constantes no Termo de Referência às fls. 03/07, que motiva a necessidade da aquisição para atender as necessidades da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins,

Considerando o disposto no Despacho da Diretoria de Área Administrativa às Fls. 52, e Justificativa de Dispensa às 53/54, ratificada pelo Ordenador de Despesas, pelas razões elencadas no mesmo, inclusive quanto ao preço, com fundamento no Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR a licitação, com fundamento no Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, em favor da empresa **CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A.**, CNPJ n.º 01.554.285/0001-75, processo n.º 00211/2018, no valor total de R\$ 700,00 (setecentos reais), visando à aquisição de certificados digitais (e-CPF).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 18 dias do mês de dezembro de 2018.

Deputada LUANA RIBEIRO

Presidente

PORTARIA Nº 029/2018 – P

A **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997) e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 319, de 30 de abril de 2015, e ainda com fulcro na Lei Federal nº 8.666/1993,

Considerando o disposto na SMS, de fls. 02, dos autos, pela qual a Diretoria de Compras solicita aquisição de Água mineral, bem como as demais informações constantes no Termo de Referência às fls. 03/10, que motiva a necessidade da aquisição para atender as necessidades da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins,

Considerando o disposto no Despacho da Diretoria de Área Administrativa às Fls. 18/19, e Justificativa de Dispensa às 23/24, ratificada pelo Ordenador de Despesas, pelas razões elencadas no mesmo, inclusive quanto ao preço, com fundamento no Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR a licitação, com fundamento no Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, em favor da empresa **K G FERRAZ EIRELI - ME**, CNPJ n.º 22.460.102/0001-22, processo n.º 00251/2018, no valor total de R\$ 16.900,00 (dezesesseis mil e novecentos reais), visando à aquisição de água mineral.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 18 dias do mês de dezembro de 2018.

Deputada LUANA RIBEIRO

Presidente

Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que fará realizar licitação, na modalidade PREGÃO na forma PRESENCIAL Nº 010/2018.

PROCESSO: 00209/2018

OBJETO: Contratação de empresa especializada em Segurança armada, desarmada e monitoramento eletrônico, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

LEGISLAÇÃO: Lei nº. 10.520/2002

LOCAL: Sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação – CPL-AL

ENDEREÇO: Palácio Deputado João D'Abreu – Praça dos Girassóis S/N Palmas – Tocantins. CEP 77.001-902

DATA DE ABERTURA: 4 de janeiro de 2019.

HORÁRIO: 9h (nove horas). Horário local de Palmas - TO

NOTA: Outras informações poderão ser obtidas na Comissão Permanente de Licitação: Fone: (63) 3212-5074/3212-5121.

Edital disponível gratuitamente na página oficial da AL/TO: www.al.to.leg.br, ícone “licitações”.

E-MAIL: cpl.alto@gmail.com

Palmas, 14 de dezembro de 2018.

HIGOR DE SOUSA FRANCO
Pregoeiro

DEPUTADOS DA 8ª LEGISLATURA

Amália Santana (PT)

Amélio Cayres (SD)

Cleiton Cardoso (PTC)

Eduardo do Dertins (PPS)

Eduardo Siqueira Campos (DEM)

Elenil da Penha (MDB)

Eli Borges (SD)

Jorge Frederico (MDB)

José Bonifácio (PR)

Júnior Evangelista (PSC)

Luana Ribeiro (PSDB)

Nilton Franco (MDB)

Olyntho Neto (PSDB)

Osires Damaso (PSC)

Paulo Mourão (PT)

Ricardo Ayres (PSB)

Rocha Miranda (PHS)

Solange Duailibe (PT)

Stalin Bucar (PR)

Toinho Andrade (PHS)

Valdemar Júnior (MDB)

Valderez Castelo Branco (PP)

Vilmar de Oliveira (SD)

Zé Roberto Lula (PT)